

Aditivo nº 02 ao CONTRATO CEDAE n. 069/2019 (DJG), assinado em 13 de Junho de 2019 entre a COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE) e o escritório VEIRANO E ADVOGADOS ASSOCIADOS., na forma abaixo:

Diante da permanente necessidade dos serviços desenvolvidos através desta contratação e do interesse das partes em prorrogá-la nas mesmas condições atualmente vigentes, resolvem a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)** e o escritório **VEIRANO E ADVOGADOS ASSOCIADOS.**, já qualificadas no contrato original ora aditado, por meio de seus administradores ao final assinados, celebrar o presente aditivo ao Contrato CEDAE nº 069/2019 (DJG), que tem por objeto a **"CONTRATAÇÃO REMANESCENTE DE ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO FISCAL E DE DEFESA DE PENALIDADES NAS ÁREAS ADMINISTRATIVA E JUDICIAL"**, contratado mediante Dispensa de Licitação nº 001/2019 (DJG), fazendo-o nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Conforme autorização concedida pela Diretoria da CEDAE em reunião realizada no dia 25 de Junho de 2020, inserida às fls. 486/487 do Processo nº E-17/100.281/2019 (volume 002), ajusta-se o presente aditivo para promover a prorrogação do prazo contratual, com fundamento no §4º do art. 57 da Lei 8.666/93, bem como na cláusula quarta do contrato original, por novos **12 (doze) meses**.

CLÁUSULA SEGUNDA - O prazo da presente contratação, atualizado, passa a ser de 72 (setenta e dois) meses, encerrando-se, **no dia 01 de Julho de 2021** (cf. fls. 488).

CLÁUSULA TERCEIRA - As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2020, assim classificados:

Programa de Trabalho: 2200022016
Código Orçamentário: 33903982
Fonte de Recursos n: 10.
Conta Contábil: 411110304
Centro de Custos n.: DH05000000
ID da Reserva Orçamentária: 2020000422

PARÁGRAFO ÚNICO - As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA QUARTA – O valor autorizado estimado para a execução deste aditivo é de **R\$ 621.060,00 (seiscentos e vinte e um mil, sessenta reais)**, que serão pagos 12 parcelas, nos limites do cronograma físico-financeiro aprovado e inserido às fls. 469, conforme Informações de fls. 488 do Processo Administrativo E-07/100.281/2019, por meio de depósito na Conta Corrente da **CONTRATADA**, já cadastrada na CEDAE.



CLÁUSULA QUINTA – O valor consolidado da presente contratação passa a ser de R\$ 1.293.875,00 (um milhão, duzentos e noventa e três mil, oitocentos e setenta e cinco reais), conforme documento de fls. 488 do Processo Administrativo de referência.

CLÁUSULA SEXTA: A CONTRATADA renuncia ao reajuste do preço contratual para período da presente prorrogação, conforme carta acostada às fls. 461 do processo administrativo referência.

CLÁUSULA SÉTIMA: A presente contratação poderá ser resilida a qualquer tempo, tão logo seja concluído procedimento licitatório em curso no Processo E-07/100.714/2018.


CLÁUSULA OITAVA - As partes contratantes ratificam as demais cláusulas e condições estabelecidas pelo instrumento contratual, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.


CLÁUSULA NONA - Este Termo Aditivo deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro como condição de sua eficácia, devendo ser observado o disposto na Deliberação TCE-RJ n. 280/2017 para o envio das informações nos casos exigidos.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente **TERMO ADITIVO** em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas, que também assinam, para um só e mesmo efeito de direito.

Rio de Janeiro, 29 de junho de 2020.

Pela CEDAE:


RENATO LIMA DO ESPÍRITO SANTO
Diretor-Presidente


TERESA CRISTINA GONÇALVES PANTOJA
Diretora Jurídica

Pela CONTRATADA:


ANDRÉ SOUZA DE CARVALHO
Administrador


LUIZ GUILHERME MORAES REGO MIGLIORA
Administrador

TESTEMUNHAS:

Nome: Mariane Luper da Silva RG: 0AB/RJ 140.504

Nome: GABRIELLA CALMON C. V. DE ALMEIDA RG: 13176621-4
Ref.Ad-VEIRANO-02-069-2016-prorrogação-serviços-contínuos-VBO

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir Comissão de Fiscalização do Contrato nº 004/2020, celebrado entre o PRODER e a Telemar Norte Leste S/A, por meio do Processo nº SEI-12/21100024/2019.

Art. 2º - A Comissão de Fiscalização instituída pelo artigo anterior, sob a presidência do primeiro, será composta pelos seguintes servidores:
DANIEL LUZENTE DE LIMA - ID: 4349885-0;
CHRISTIANE PESSANHA DAS DORES RAMOS - ID: 4371966-0;
JOSE LUIZ DE SOUZA ARAÚJO - ID: 2822175-3;
MILTON GONÇALVES FILHO - ID: 3240448-4.

Art. 3º - A Comissão terá a incumbência de acompanhar, controlar, fiscalizar e atestar os serviços prestados, em conformidade com as disposições do Contrato nº 004/2020 e do Decreto nº 45.600/2016.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 02 de julho de 2020

JOSÉ MAURO DE FARIAS JUNIOR
Presidente

Id: 2258380

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 29/06/2020

DESIGNA MARIANA LOPES DA SILVA, Advogada D, como Presidente, MANOELA SIQUEIRA CAMPOS DA COSTA SANTOS e GABRIELA CALMON CARVALHO VEIGA DE ALMEIDA, Advogadas B, como Membros Titulares, e ANA CAROLINA BALDIN DE MIRANDA ANDRADE, Assessora de Departamento, como Membro Suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada a "CONTRATAÇÃO DE ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA PARA O AJUIZAMENTO DE AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM FACE DA UNIÃO FEDERAL, COM VISTAS AO RECONHECIMENTO DA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA DE QUE TRATA A ALÍNEA 'A', DO INCISO VI, DO ART. 150 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", de que trata o Processo nº E-17/100.354/2015, Ordem de Serviço PIFIS nº 27.581-00/2020. Revoga O.S. PIFIS nº 27.581-00 de 25/05/2020.

Id: 2258411

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 29/06/2020

DESIGNA NATHÁLIA PEREIRA MENEZES, Advogada C, como Presidente, RAFAEL DE AMORIM LIMA, Advogado C e DANIELA BEZERRA DE MENEZES ULIANA, Advogada D, como Membros Titulares, e TASSILON TORRES MARTINS, Advogado D, como Membro Suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada a "CONTRATAÇÃO DE ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA PARA O PATROCÍNIO, SEM EXCLUSIVIDADE, DE PROCESSOS JUDICIAIS EM TRÂMITE NOS JUÍZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO", de que trata o Processo nº E-17/100.080/2016, Ordem de Serviço PIFIS nº 27.584-01/2020. Revoga O.S. PIFIS nº 27.584-00 de 25/05/2020.

Id: 2258412

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 29/06/2020

DESIGNA ROBERTA BOCKS AVELLAR, Advogada D, como Presidente, THIAGO SAMPAIO LUCINDO DA COSTA e RACHEL FERREIRA PORTO, Advogadas B, como Membros Titulares, e ALINA BRAUN DE ANDRADE, Advogada B, como Membro Suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada aos "SERVIÇOS TÉCNICOS DE ADVOCACIA EM PROCESSOS JUDICIAIS DE NATUREZA TRABALHISTA, LOTES I, II III e IV, de que trata o Processo nº E-17/100.373/2015, Ordem de Serviço PIFIS nº 27.586-01/2020. Revoga O.S. PIFIS nº 27.586-00 de 25/05/2020.

Id: 2258413

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 30/06/2020

DESIGNA LEONEL FAGUNDES DE ASSIS, Agente de Saneamento I, como Presidente, WELLIS RODRIGO DA SILVA COSTA, LEANDRO COUTO ROSA, JOAO RICARDO CONSTANCIO e DIANA GUEDES FERREIRA, Técnicas de Laboratório IV, ANA CLAUDIA FERREIRA RIBEIRO DA LUZ CRUZ e MARIO SERGIO RUAS MARTINS, Analistas de Qualidade E, PAULO GOMES DO COUTO, ERLY DA SILVA LOUREIRO, JEAN CARLOS RANGEL PESENTI, GIOVANI CARDOSO DE FREITAS, ANDERSON VIEIRA MAHUR e SANDRO ARANTES DRUMOND COUTINHO, Agentes de Saneamento I, RENATO GABRAL DE SIQUEIRA, CLEINIA RODRIGUES FAGUNDES e COSME CESAR PANIZZI, Gerentes de Saneamento H, NEIDE CLAUDINO ARAUJO e NIVALDO DA SILVA, Gerentes de Saneamento F, FABIO DIAS BARROS, Engenheiro E, JORGE ALBERTO COUTINHO DE BARROS, Técnico de Laboratório I, LUIZ CLAUDIO CAMARGO DE CARVALHO, Analista de Qualidade C, como Membros Titulares e JOAO ANGELO DE SOUZA, Analista de Qualidade D, como Membro Suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada a "CONTRATAÇÃO DE ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA PARA O AJUIZAMENTO DE AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM FACE DA UNIÃO FEDERAL, COM VISTAS AO RECONHECIMENTO DA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA DE QUE TRATA A ALÍNEA 'A', DO INCISO VI, DO ART. 150 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", de que trata o Processo nº E-17/100.354/2015, Ordem de Serviço PIFIS nº 27.581-00/2020. Revoga O.S. PIFIS nº 27.581-00 de 25/05/2020.

Id: 2258397

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 29/06/2020

DESIGNA NATHÁLIA PEREIRA MENEZES, Advogada C, como Presidente, CAROLINA MARTINS PEIXOTO, Advogada D e FLÁVIA MARTINS BENAION, Advogada B, como Membros Titulares, e RAPHAEL EYER SOARES DE PAIVA, Assessor Executivo, como Membro Suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada a "CONTRATAÇÃO DE ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA PARA O AJUIZAMENTO DE AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM FACE DA UNIÃO FEDERAL, COM VISTAS AO RECONHECIMENTO DA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA DE QUE TRATA A ALÍNEA 'A', DO INCISO VI, DO ART. 150 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", de que trata o Processo nº E-17/100.354/2015, Ordem de Serviço PIFIS nº 27.581-00/2020. Revoga O.S. PIFIS nº 27.581-00 de 25/05/2020.

Id: 2258414

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 29/06/2020

DESIGNA FLÁVIA MARTINS BENAION, Advogada B, como Presidente, ANDRÉA FERREIRA CAPUTO, Advogada D e DAVI REIS MIRANDA FILHO, Advogado B, como Membros Titulares, e RAPHAEL EYER SOARES DE PAIVA, Assessor Executivo, como Membro Suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada a "DEFEITA DA CEDAPE PELA CONTRATADA NO INQUÉRITO POLICIAL Nº 08/2015 - INSTAURADO PELA DELEGACIA DO MEIO AMBIENTE

E PATRIMÔNIO HISTÓRICO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO E NA AÇÃO PENAL QUE VIER A SER MOVIDA EM DECORRÊNCIA DO MESMO FATO", de que trata o Processo nº E-17/100.527/2015, Ordem de Serviço PIFIS nº 27.589-01/2020. Revoga O.S. PIFIS nº 27.589-00 de 25/05/2020.

Id: 2258415

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 29/06/2020

DESIGNA NATHÁLIA PEREIRA MENEZES, Advogada C, como Presidente, CAROLINA MARTINS PEIXOTO, Advogada D e FLÁVIA MARTINS BENAION, Advogada B, como Membros Titulares, e RAPHAEL EYER SOARES DE PAIVA, Assessor Executivo, como Membro Suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada a "CONTRATAÇÃO DE ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA PARA O AJUIZAMENTO DE AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM FACE DA UNIÃO FEDERAL, COM VISTAS AO RECONHECIMENTO DA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA DE QUE TRATA A ALÍNEA 'A', DO INCISO VI, DO ART. 150 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", de que trata o Processo nº E-17/100.354/2015, Ordem de Serviço PIFIS nº 27.581-00/2020. Revoga O.S. PIFIS nº 27.581-00 de 25/05/2020.

Id: 2258416

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 29/06/2020

DESIGNA MARIANA LOPES DA SILVA, Advogada D, como Presidente, MANOELA SIQUEIRA CAMPOS DA COSTA SANTOS e GABRIELA CALMON CARVALHO VEIGA DE ALMEIDA, Advogadas B, como Membros Titulares, e ANA CAROLINA BALDIN DE MIRANDA ANDRADE, Assessora de Departamento, como Membro Suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada a "CONTRATAÇÃO DE ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA PARA O AJUIZAMENTO DE AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM FACE DA UNIÃO FEDERAL, COM VISTAS AO RECONHECIMENTO DA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA DE QUE TRATA A ALÍNEA 'A', DO INCISO VI, DO ART. 150 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", de que trata o Processo nº E-17/100.354/2015, Ordem de Serviço PIFIS nº 27.581-00/2020. Revoga O.S. PIFIS nº 27.581-00 de 25/05/2020.

Id: 2258426

Secretaria de Estado de
Planejamento e Gestão

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEPLAG Nº 01 DE 02 DE JULHO DE 2020

DISPÕE SOBRE A DELEGACIA DE COMPETÊNCIA PARA A PRÁTICA DE ATOS DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo disposto no inciso VII e § 1º do art. 82 e 92 da Lei Estadual nº 287, de 4 de dezembro de 1978, que aprovou o Código de Organização Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro.

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar competência à Diretora Geral de Administração e Finanças Viviane Balsaia Carvalho da Silva, Identidade Funcional nº 5088445-0, para responder como ORDENADORA DE DESPESAS, a emissão das notas de empenho, de ordem de lançamento, de pagamento de movimentação de contas bancárias e recursos financeiros em geral;

a) autorizar despesas, bem como a expedição e assinatura das respectivas Notas de Autorização de Despesas - NADs, a movimentação de recursos financeiros, pagamento de despesas ordinárias, a emissão das notas de empenho, de ordem de lançamento, de pagamento de movimentação de contas bancárias e recursos financeiros em geral;

b) autorizar a concessão de adiantamentos e aprovar ou impugnar as respectivas prestações de contas, aplicando as penalidades eventualmente cabíveis, assinar cheques e reconhecer dividas;

c) autorizar a abertura de licitações e homologar os respectivos resultados, apreciar recursos dos licitantes e petições de terceiros, bem como adjudicar à empresa vencedora o objeto das certames correspondentes;

d) instituir comissão permanente ou especial de licitação para atuar no âmbito da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, bem como designar e dispensar os respectivos membros;

e) dispensar, revogar, anular licitações ou reconhecer a sua inexigibilidade nos casos previstos em Lei;

f) assinar contratos, convênios e acordos;

g) firmar acordos, contratos, convênios e os respectivos termos aditivos, anulá-los, rescindir ou denunciá-los assim como aplicar ou reaver penalidades administrativas previstas em Lei, inclusive as pecuniárias, quando verificado o descumprimento de qualquer obrigação, e também em decorrência de inobservância de prazo, nos casos de fornecimento ou prestação de serviço;

h) requisitar passagens aéreas e autorizar as respectivas despesas, bem como as relativas a diárias e os dispêndios de pessoal em geral.

Art. 2º - A este subscritor Secretário de Estado de Planejamento e Gestão é conferida, além dos atos de gestão orçamentária e financeira descritos no artigo anterior, a competência para ratificar e homologar, como autoridade superior, no que couber, as Notas de Autorização de Despesa - NAD, dispensa, inexigibilidade, retardamentos, distúrbios e modalidades de licitação nos processos da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

Art. 3º - Da presente Resolução será dado imediato conhecimento ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e à Secretaria de Estado de Fazenda, nos termos do art. 269, Parágrafo Único da Lei nº 287, de 04.12.79.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 02 de julho de 2020

BRUNO SCHETTINI GONÇALVES
Secretário de Estado de Planejamento e Gestão

Id: 2258462

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE
DE 03/07/2020

PROCESSO Nº E-01/050/2011 - ALBA MARIA CERBINO DE SOUZA - Identidade Funcional nº 868194-5. Louvado nas informações da Coordenadoria de Administração de Recursos Humanos, TORNA SEM EFEITO a contagem em dobro de 03 (três) meses de Licença Prémio

não gozadas referente ao período base de 01/10/1993 a 29/09/1998, concedida pelo Despacho de 20/03/2020, publicado no Diário Oficial de 23/03/2020.

Id: 2258614

Secretaria de Estado de Fazenda

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEFAZ Nº 153 DE 02 DE JULHO DE 2020

INCLUI O CAPÍTULO XXXVIII - "DA OPERAÇÃO COM BENS OU MERCADORIAS DESTINADAS ÀS ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO OU PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - REPETRO-SPED", AO ANEXO XIII - "DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS", DA PARTE II, DA RESOLUÇÃO SEFAZ Nº 720/2014.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso II do art. 148 da Constituição Estadual e pelos arts. 9º e 10 da Lei nº 8.890, de 15 de junho de 2020, tendo em vista o que consta no Processo nº SEI-04008300004/2020,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica incluído o Capítulo XXXVIII - "DA OPERAÇÃO COM BENS OU MERCADORIAS DESTINADAS ÀS ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO OU PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - REPETRO-SPED", AO ANEXO XIII - "DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS", DA PARTE II, DA RESOLUÇÃO SEFAZ Nº 720, de 04 de fevereiro de 2014, com a seguinte redação:

"CAPÍTULO XXXVIII - DA OPERAÇÃO COM BENS OU MERCADORIAS DESTINADAS ÀS ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO OU PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - REPETRO-SPED

Art. 155 - A adesão à Inútilização do tratamento tributário previsto na Lei 8.890 de 15 de junho de 2020, nas operações sujeitas ao ICMS com bens ou mercadorias destinadas às atividades de exploração ou produção de petróleo e gás natural definidas pela Lei Federal nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, deverá ser formalizada mediante entrega do Termo de Comunicação, nos termos do Subanexo I, preenchido e assinado pelo representante legal, junto à auditoria fiscal do cadastro do contribuinte.

Parágrafo Único - A renúncia a que se refere o art. 0º da Lei nº 8.890, de 15 de junho de 2020, deverá ser comprovada na Auditoria Fiscal a que se refere o caput deste artigo, em até 15 (quinze) dias após apresentação do Termo de Comunicação, por meio de cópias das petições de renúncia à pretensão formulada nas ações ou reconvenções protocoladas, conforme previsto no art. 487, III, "c" do Código de Processo Civil, ou ainda, das petições apresentadas nas repartições da SEFAZ, sob pena de nulidade da adesão.

Art. 156 - As adesões ao tratamento tributário havidas à ocasião da vigência do Decreto nº 45.233, de 5 de fevereiro de 2018, ficam devidamente ratificadas, sem prejuízo de a Autoridade Fiscal competente exigir a comprovação de enquadramento através da apresentação dos documentos pertinentes.

Art. 157 - As auditorias fiscais encaminharão a inclusão ou a exclusão de beneficiários:

I - à Superintendência de Tributação, para comunicação à Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - SECONFAZ, com vistas à publicação do Ato COTEPE previsto no § 3º da cláusula nona do Convênio ICMS 3/18;

II - à Superintendência de Fiscalização, para providenciar, mediante portaria, a respectiva publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Fazenda, conforme previsto no art. 11 da Lei nº 8.890.

...

SUBANEXO I

(Do Anexo XIII - Capítulo XXXVIII, da Parte II da Resolução SEFAZ Nº 720/14)

TERMO DE COMUNICAÇÃO DA ADESAO AO TRATAMENTO TRIBUTÁRIO PREVISTO NA LEI Nº 8.890 DE 15 DE JUNHO DE 2020

DECLARAÇÃO DE OPÇÃO
1 - IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

RAZÃO SOCIAL	CNPJ Nº	INSCRIÇÃO ESTADUAL
--------------	---------	--------------------

02 - ENDEREÇO

RUA, AVENIDA, PRAÇA, ETC.	NÚMERO	ANDAR, SALA, ETC.
Bairro/Distrito	Município	UF
E-mail	CEP	Telefone

03 - OPÇÃO

DO CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO, EM RELAÇÃO A TODOS OS SEUS ESTABELECIMENTOS LOCALIZADOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DECLARA SUA OPÇÃO PELO TRATAMENTO TRIBUTÁRIO PREVISTO NA LEI ESTADUAL Nº 8.890, DE 15 DE JUNHO DE 2020, FAZENDO JUS DESDE O PROTOCOLO DESTA COMUNICAÇÃO À UTILIZAÇÃO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS ALI PREVISTOS.

DECLARA AINDA ESTAR CIENTE, NOS TERMOS DO ARTIGO 9º DA LEI Nº 8.890, DE 15 DE JUNHO DE 2020, DE QUE A ADESAO IMPLICA RENÚNCIA A QUALQUER DIREITO, EM SEDE ADMINISTRATIVA OU JUDICIAL, QUE QUESTIONE A INCIDÊNCIA DO ICMS SOBRE A IMPORTAÇÃO DOS BENS OU MERCADORIAS SEM TRANSFERÊNCIA DA PROPRIEDADE, REFERENTE A FATOS GERADORES ANTERIORES AO INÍCIO DA VIGÊNCIA DA LEI E, CONSEQUENTEMENTE, A DESISTÊNCIA DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS E DAS AÇÕES JUDICIAIS RELACIONADAS NAS CÓPIAS DAS PETIÇÕES DE RENÚNCIA À PRETENSÃO FORMULADA NAS AÇÕES OU RECONVENÇÕES PROTOCOLADAS, CONFORME PREVISTO NO ART. 487, III, "c" DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, OU AINDA, DAS PETIÇÕES APRESENTADAS NAS REPARTIÇÕES DA SEFAZ EM ANEXO.

DECLARA TAMBÉM QUE NÃO EMITIRÁ, PERANTE TERCEIROS, AUTORIZAÇÃO PARA REQUERIMENTO DE RE-

EDITORIAL

05425271

